



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE
REUNIÃO ORDINÁRIA

LISTA DE PRESENÇA (32074676)

Data	27/05/2025	
Local	Microsoft Teams	
ITEM	NOME	ÓRGÃO
1	Cristina Ninô Biscaia	SENACON
2	João Pimenta Staub	SENACON
3	Fabiana Vieira de Queiroz	SENAJUS
4	Genivaldo dos Santos Costa	SENASP
5	Lício Joaquim da Silva Rêgo	SENAPPEN
6	Andreia Prima Olivo	SENAPPEN
7	Núbia Augusto de Sousa Rocha	ANPD
8	Ludimila Gomes de Amorim Mota	PF
9	Adenísio Alvaro de Souza	AECI
10	Luana Medeiros	SENAJUS
11	José Roberto Ângelo Barros Penha	PRF
12	Andrey Corrêa	SENACON
13	Adenísio Souza	AECI
14	Pedro Cícero	SAJU
15	Ewandjoecy Francisco de Araújo	SAJU
16	Denise de Carvalho Pires Fulton	SENAD
17	Ediane de Assis Bastos	SEDIGI
18	Pedro Henrique Chaves de Almeida	SENASP
19	Glauberto Alves	CGOF/SPO/SE
20	Bruna Ignácio Moreira	CGGE/SPO/SE
21	Priscila Yuvamoto	CADE
22	Marlone da Silva Lima	SENAJUS
23	André Botelho Vilaron	CADE

1. A reunião foi iniciada pela Sra. Bruna Moreira, Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional, que agradeceu a presença dos participantes e informou sobre a ausência temporária do Sr. David Freitas, Coordenador da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica, na sequência, apresentou a pauta.
2. Em seguida, foi apresentada a nova iniciativa “Governança em Ação”, que tem como objetivo transformar as reuniões em espaços de compartilhamento de boas práticas de governança. A proposta é que, a cada encontro, uma unidade apresente suas experiências e iniciativas bem-sucedidas, promovendo a troca de conhecimentos e o fortalecimento da cultura de governança no órgão.
3. Para abrir a iniciativa, a Sra. Fabiana Vieira de Queiroz, Gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Justiça (Senajus), apresentou o “Painel Gerencial na Palma da Mão”, ferramenta que permite acesso rápido e detalhado a dados da Secretaria por meio de um painel gerencial. Entre os principais benefícios destacados estão: a integração de indicadores e projetos em uma única plataforma; a consolidação de um canal único de comunicação gerencial; e o acompanhamento macro de planejamento, orçamento, pessoal e normativos da Secretaria. A implementação da ferramenta facilitou a consulta de informações por dispositivos móveis, promovendo maior agilidade no acesso aos dados pelos gestores e servidores. Ao final, a Sra. Fabiana destacou que a ferramenta foi desenvolvida pelo Sr. Marlone Lima, da Senajus, com apoio da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO).
4. Em seguida, iniciou-se a pauta de monitoramento das políticas públicas, informando que o monitoramento quantitativo referente ao mês de maio foi encerrado sem pendências na coleta de indicadores pelas unidades. Logo após, teve início o monitoramento qualitativo.
5. Primeiramente, foi apresentada a “Política de Proteção aos Direitos de Migrantes, Refugiados e Apátridas”, da Secretaria Nacional de Justiça (Senajus). A apresentação foi realizada pela Sra. Luana Medeiros, Diretora do Departamento de Migrações, que destacou as principais inovações da nova Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (PNMRA). Iniciado em 2023, o processo de elaboração da política tem caráter participativo e contou com o envolvimento de mais de 100 entidades. A proposta de decreto da PNMRA encontra-se atualmente em fase final de aprovação na Casa Civil. Neste contexto, está prevista também a criação de novo conselho nacional, com participação da sociedade civil.
6. Adicionalmente, a unidade tem atuado na elaboração de indicadores focados em processos migratórios. Apesar do orçamento reduzido destinado à execução da política, foi priorizada a produção e a divulgação de dados, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e outras universidades federais. Outras iniciativas desenvolvidas incluíram ações vinculadas ao Observatório Brasileiro de Migração (Obmigra), à Semana Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia e às oficinas de construção do Plano Nacional, entre outros eventos e atividades de capacitação.
7. Na sequência, foi apresentada a “Política de Prevenção e Combate à Pirataria e aos Crimes contra a Propriedade Intelectual”, do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCPI). A apresentação foi realizada pelo Sr. Andrey Correia, Secretário-Executivo do CNCPI, que destacou a composição e a missão do Conselho, além da atuação estratégica em mercados físico e eletrônico, desenvolvida em parcerias como da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Interpol e outros organismos internacionais.
8. Também foram ressaltadas iniciativas como o Prêmio Nacional de Combate à Pirataria, campanhas de conscientização, o combate à venda de medicamentos falsificados, o enfrentamento ao comércio ilegal de dióxido de cloro e ações de regulação de suplementos, com foco no combate ao mercado ilegal de suplementos alimentares. Outras ações relevantes incluíram os acordos internacionais firmados com França, Dinamarca e países do Mercosul, voltados à troca de experiências no combate à pirataria e a outros crimes relacionados, além da expansão do Diretório Nacional contra a Falsificação de Marcas, da criação do Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Indicações Geográficas e de campanhas digitais com expressivo alcance. As dificuldades enfrentadas incluem o déficit de pessoal e a necessidade de estruturação mais adequadas de cargos.
9. Ao final, o Sr. David Freitas, Coordenador da CT-CGE, ressaltou a importância de melhorar a divulgação dos resultados dessa Política no Relatório de Gestão do MJSP, uma vez que muitos dos resultados apresentados não foram reportados tempestivamente para o Relatório de 2024. Neste contexto, o Coordenador sugeriu a criação de um painel monitoramento com os dados quantitativos, a fim de promover uma comunicação mais assertiva dos resultados à sociedade.
10. Na pauta seguinte, referente aos informes, foi abordada a execução de Emendas Parlamentares e a revalidação de Restos a Pagar, apresentada pelo Subsecretário e Coordenador da CT-CGE, Sr. David Freitas. Foi dada ênfase à importância do cumprimento dos prazos para a execução das Emendas Parlamentares (RP6 e RP7) pelas unidades, destacando-se a necessidade de estruturação interna do Ministério para a adequada análise das transferências especiais. O Coordenador alertou sobre o impacto político do não cumprimento dos prazos, especialmente diante do cronograma reduzido em decorrência da aprovação tardia da Lei Orçamentária Anual (LOA), das alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 210/2024 e de decisões judiciais que afetaram o planejamento da execução orçamentária. Também foi informado que, com a autorização da Lei Complementar nº 215/2024, tornou-se possível a revalidação de restos a pagar, permitindo ao MJSP recuperar até R\$ 8,9 milhões em recursos financeiros, referentes a despesas com convênios ou instrumentos congêneres em fase de resolução de cláusula suspensiva, desde que atendidos os requisitos legais para revalidação. Neste contexto, o Coordenador da CT-CGE informou que será realizada reunião específica com as unidades para alinhamento dos procedimentos a serem adotados.

Encaminhamentos:

Próxima reunião:

- 24/06/2025, às 15h.
- Apresentações de monitoramento:
 - Política de Trabalho no Sistema Penal (Senappen);
 - Política de Modernização da Polícia Federal (PF).
- Realização da reunião do Comitê de Governança Estratégica - CGE, com participação do Ministro, dia 29 de maio de 2025, tendo como pauta:
 - Apresentação dos projetos estratégicos: Projeto Mapear 2.0 (PRF) e do Projeto Câmeras Corporais (Senasp);
 - Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC e auditoria de TI em andamento.

Ao final o Sr. David Freitas agradeceu a participação dos membros da Comissão, reforçou os compromissos assumidos durante a reunião e informou que serão encaminhados aos participantes: as apresentações realizadas, a ata da reunião, o Manual da CT-CGE, a planilha de pontos focais e o modelo de apresentação do monitoramento.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 25/06/2025, às 17:22, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **GLAUBERTO ANTONIO RODRIGUES ALVES, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 25/06/2025, às 17:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **João Pimenta Staub, Secretário(a) Nacional do Consumidor - Substituto(a)**, em 26/06/2025, às 09:47, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LUDIMILA GOMES DE AMORIM MOTA, Usuário Externo**, em 26/06/2025, às 10:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Roberto Angelo Barros Soares, Usuário Externo**, em 26/06/2025, às 10:08, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Genivaldo dos Santos Costa, Chefe do Serviço de Apoio Estratégico**, em 26/06/2025, às 10:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique de Moraes Cicero, Chefe de Gabinete da Secretaria de Acesso à Justiça**, em 27/06/2025, às 09:35, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Prima Olivo, Chefe da Divisão de Estratégia e Políticas Públicas**, em 30/06/2025, às 09:59, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília da Silva Lima, Coordenador(a) de Administração**, em 30/06/2025, às 10:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adenisio Alvaro Oliveira de Souza, Coordenador(a)-Geral de Controle Interno, Transparência, Integridade e Riscos**, em 01/07/2025, às 09:53, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA OLIVEIRA, Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação**, em 03/07/2025, às 08:40, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EWANDJÔECY FRANCISCO DE ARAUJO, Coordenador(a)-Geral de Articulação de Políticas Públicas**, em 04/07/2025, às 10:19, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça - Substituto(a)**, em 04/07/2025, às 17:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LICIO JOAQUIM DA SILVA REGO, Chefe da Assessoria de Gestão de Riscos e Assuntos Estratégicos**, em 09/07/2025, às 17:08, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **32074411** e o código CRC **3F808491**. O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.